Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores ONG Parceiros Voluntários

Examinamos as demonstrações financeiras da ONG Parceiros Voluntários (a "Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ONG Parceiros Voluntários em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Porto Alegre, 14 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Adriano Machado Contador CRC 1PR042584/O-7"S" RS

Balanço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

Ativo	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	1.060.691	1.544.676	Fornecedores	101.327	13.229
Outros créditos (Nota 4)	33.236	157.616	Ordenados e encargos sociais (Nota 9)	69.200	50.947
Estoque (Nota 5)	26.880	26.880	Obrigações fiscais	16.689	8.131
Despesas antecipadas	1.417	7.030	Receitas diferidas - projetos em andamento (Nota 10)	228.114	803.006
			Outras contas a pagar	287	
	1.122.224	1.736.202		415.617	875.313
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 16)	1.709	1.369
Fundo de sustentabilidade (Nota 6)	2.451.899	2.209.822			
Imobilizado (Nota 7) Intangível (Nota 8)	61.415	97.244			
intangivei (Nota o)		<u>-</u>			
	2.513.314	2.307.066	Total do passivo	417326	876.682
			Patrimônio líquido (Nota 11)		
			Reserva de doações	166.721	166.721
			Reserva - fundo de sustentabilidade	1.911.868	1.911.868
			Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 7)	-	4.150
			Superávits acumulados	1.139.623	1.083.847
			Total do patrimônio líquido	3.218.212	3.166.586
Total do ativo	3.635.538	4.043.268	Total do passivo e patrimônio líquido	3.635.538	4.043.268

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras 1 de 20

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2015	2014
Receitas das atividades operacionais (Nota 12)		
Contribuições de mantenedores e apoiadores	1.119.425	1.185.376
Projetos e eventos de assessoramento	1.366.579	910.769
Trabalho voluntário	765.762	742.420
	3.251.766	2.838.565
Despesas das atividades operacionais		
Projetos de assessoramento (Nota 13)	(1.333.775)	(701.613)
Gerais e administrativas (Nota 14)	(1.505.555)	(1.391.969)
Trabalho voluntário (Nota 12)	(765.762)	(742.420)
	(0.00=.000)	(0.000.000)
	(3.605.092)	(2.836.002)
Superávit (déficit)operacional antes do resultado financeiro	(353.326)	2.563
ouporati (donot)oporacional antos do rocalidado infanciono	(000.020)	2.000
Resultado financeiro		
Resultado financeiro líquido (Nota 15)	404.952	315.751
. ,		
Superávit do exercício	51.626	318.314

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em reais

	Reserva de	Reserva Fundo de	Ajuste de avaliação	Superávit	Total
	doações	sustentabilidade	patrimonial	acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2013	166.721	1.911.868	9.913	759.770	2.848.272
Superávit do exercício	-	-	-	318.314	318.314
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado ao valor justo		-	(5.763)	5.763	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>-</u>		(5.763)	324.077	318.314
Em 31 de dezembro de 2014	166.721	1.911.868	4.150	1.083.847	3.166.586
Superávit do exercício	-	-	-	51.626	51.626
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado ao valor justo		-	(4.150)	4.150	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	_		(4.150)	55.776	51.626
Em 31 de dezembro de 2015	166.721	1.911.868		1.139.623	3.218.212

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	51.626	318.314
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa Depreciação do imobilizado (Nota 7) Amortização do intangível (Nota 8) Custo baixa ativo imobilizado (Nota 7)	35.829 - -	37.638 27.769 4.915
Variações nos ativos e passivos Outros créditos Estoque Despesas antecipadas Fundo de sustentabilidade Fornecedores Ordenados e encargos sociais Obrigações fiscais Receitas diferidas - projetos em andamento Outras contas a pagar Obrigações sociais (Nota 16)	124.380 5.613 (242.077) 88.098 18.253 8.558 (574.892) 287 340	(6.282) (26.880) 5.209 (176.553) (4.017) (26.851) (3.915) (227.983)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(483.985)	(392.042)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Aquisições de ativo imobilizado (Nota 7) Caixa recebido pela venda de imobilizado (Nota 7)	<u>-</u>	(7.954) 7.000
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(954)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(483.985)	(384.088)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.544.676	1.160.588
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.060.691	1.544.676

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A ONG Parceiros Voluntários ("Entidade") é uma associação civil de fins não lucrativos domiciliada no Brasil com sede em Porto Alegre - RS. Criada em janeiro de 1997, atua no contexto das políticas de assistência social decorrentes da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004.

A LOAS propõe a articulação de esforços entre os poderes públicos e a sociedade civil através das entidades beneficentes e de assistência social para garantir proteção social a quem dela necessite. Para isso executam-se programas, formulando ações e realizando controle social. Como proteção social, a PNAS dispõe sobre as formas institucionalizadas pelas sociedades humanas para proteger grupos ou a totalidade de seus membros.

A Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, ratifica o já disposto na LOAS e aprofunda o conceito de entidades e organizações de assistência social, classificando-as como de atendimento, de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. Como organização da sociedade civil, a ONG Parceiros Voluntários caracteriza sua atuação no âmbito do assessoramento.

No que tange aos impactos tributários, a Entidade é de natureza filantrópica e, por isso, goza de imunidade tributária, conforme regulamenta o art. 150 da Constituição Federal do Brasil.

Desde a sua fundação em 1997, a Entidade assessora entidades beneficentes e de assistência social, suas lideranças e seus usuários, capacitando-os à gestão sustentável, apoiando, sistematizando e difundindo projetos inovadores e de inclusão cidadã, promovendo soluções com potencial para serem apropriadas em políticas públicas, compartilhando-as com os órgãos gestores da assistência no estado e municípios.

As entidades beneficentes e de assistência social assessoradas pela ONG Parceiros Voluntários são constituintes da rede sócio assistencial, que realiza atendimento a usuários tanto da proteção social básica como da especial. Além delas, a Entidade apoia instituições que integram parcerias em ações do Programa Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, tais como escolas, órgãos do poder público e conselhos que exercem controle social.

Os serviços prestados gratuitamente pela ONG Parceiros Voluntários aos seus públicos-alvo no exercício de 2015, são apresentados a seguir:

Programa Voluntário Pessoa Física promove reuniões de conscientização, estimula, recepciona, cadastra, entrevista, encaminha e acompanha os voluntários na prática do trabalho voluntário sempre levando em consideração suas vontades, as oportunidades e necessidades existentes nas Organizações Sociais. Destina-se a qualquer pessoa maior de 14 anos, que deseja disponibilizar seu tempo e conhecimento, para as demandas sociais da comunidade, independente de área de formação ou grau de escolaridade. O voluntário após a capacitação é assessorado na escolha de uma oportunidade, disponibilizada pelas organizações da sociedade civil, para realizar o trabalho voluntário, de acordo com o que gosta e sabe fazer. Em 2015 foram capacitados e encaminhados para as Organizações da Sociedade Civil do estado do Rio Grande do Sul, 4.477 voluntários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa de Assessoramento às Organizações da Sociedade Civil - OSC visa a melhoria do atendimento prestado aos beneficiários das OSC, através do assessoramento para gestão da organização e do trabalho voluntário. São oferecidos, gratuitamente, cursos para qualificação dos dirigentes das organizações, visando o desenvolvimento de lideranças e a capacitação em temas de: gestão social, planejamento estratégico, implantação e gerenciamento de projetos, elaboração de planos de ação, coordenação de voluntários, liderança, mobilização de recursos. Além disso, incentiva e fomenta a criação e consolidação de Redes de Cooperação entre as OSC's. Para tanto, este programa é desenvolvido através de projetos que em 2015, capacitaram 929 dirigentes de 681 OSC's através dos projetos: Qualificação da Teia Social Bahia (Braskem, Gerdau, IBM e Suzano) e Teia Social Porto Alegre (Cyrela), Gestão de Organizações Sociais (Família Gerdau); Fortalecimento de Lideranças para o Terceiro Setor (Genzyme), Qualificação de Lideranças Comunitárias de Canoas e Esteio (Refap) e Rede Parceria Social - VI Edição (Gerdau).

Programa de Assessoramento Voluntário Pessoa Jurídica, sensibiliza a empresa para ver-se como agente estimulador de sua participação em projetos sociais da comunidade. No ano de 2015 capacitou 13 colaboradores da empresa Thyssenkrupp em Porto Alegre e Curitiba; 7 colaboradores da empresa Stihl, 8 colaboradores da Triunfo-Concepa, ambos no estado do Rio Grande do Sul. Durante o ano de 2015, os comitês desenvolveram diversas ações de voluntariado em suas comunidades, mobilizando diversos atores sociais.

O Programa Valores na Educação, é uma ação de mobilização social de adolescentes e jovens do ensino fundamental e médio, de escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul. Proporciona aos adolescentes e jovens uma oportunidade de atuação no seu contexto social por meio de atividade voluntária e empreendedora, assumindo sua responsabilidade como agente mobilizador e articuladores em busca de soluções para diferentes e diversas demandas de suas comunidades e de sua cidade. Os jovens envolvem as escolas, professores/educadores, familiares e comunidade em geral, nas ações voluntárias desenvolvidas em organizações da sociedade civil. As escolas são assessoradas através de capacitação da Equipe Diretiva, professores e jovens são mobilizados. Este programa é realizado através do Projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania e em 2015, mobilizou 8.258 adolescentes e jovens, capacitou 586 jovens, 153 educadores, 35 dirigentes e 265 escolas de 48 Municípios do Rio Grande Sul participaram do projeto. Os adolescentes e jovens envolvidos realizaram aproximadamente 1.080 ações divididas nos temas: Educação para a Paz; Meio Ambiente e Cultura.

Dentro desse programa também foi realizado o Projeto Florescer: o caminho para o desenvolvimento humano, em parceria com o SESI RS. O objetivo desse projeto foi fortalecer a equipe pedagógica dos Centros e Atividades do SESI - CATs- a consciência baseada nos valores humanos a partir de dimensões de corpo, mente, coração e espírito. Contou com a participação de 54 profissionais da educação nos municípios de Porto Alegre, Igrejinha, Sapucaia do Sul, Canela, Sapiranga, São Leopoldo, Campo Bom, Portão e Guaíba.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 14 de março de 2016.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas ("PMEs") e com a Resolução CFC nº1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem fins lucrativos. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" do ativo imobilizado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

A ITG 2002 - Entidade sem fins lucrativos estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Apuração do superávit

As receitas com contribuições de mantenedores referem-se a doações das empresas mantenedoras e são registradas quando do efetivo recebimento.

As receitas de doações para projetos e eventos de assessoramento referem-se a patrocínios recebidos e são reconhecidas mensalmente na demonstração do resultado de acordo com a execução dos contratos, na proporção dos custos reembolsáveis e tem como finalidade custear as atividades de assessoramento desenvolvidas pela Entidade.

Os custos com projetos de assessoramento são contabilizados na demonstração do resultado de acordo com o andamento dos projetos.

As demais receitas e despesas operacionais são apuradas e contabilizadas pelo regime de competência.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(c) Outros créditos

São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se aos valores de gastos com projetos em andamento e que serão reconhecidos como despesa na mesma proporção das receitas efetivamente recebidas.

(e) Fundo de sustentabilidade

É formado substancialmente por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, sendo reconhecidos pelo valor justo na data da operação e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. Esses saldos foram classificados como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, no ativo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, acrescidos do ajuste de avaliação a valor justo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados anualmente, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os ativos sujeitos à depreciação são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

(g) Ativo intangível

Os custos com desenvolvimento do *software* "Gestão do Voluntariado" foram capitalizados com base nos montantes incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada em cinco anos.

(h) Ordenados e encargos sociais

Os ordenados e encargos sociais são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. Os salários são pagos dentro do mês de competência.

(i) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

As principais estimativas contábeis realizadas pela Administração referem-se à definição da vida útil dos ativos imobilizados e a mensuração das receitas e despesas do trabalho voluntário recebido.

(j) Receitas diferidas com projetos de assessoramento

As receitas diferidas referem-se aos valores de contratos de patrocínios já recebidos pela Entidade e que serão reconhecidos como receita no resultado dos exercícios ao longo do prazo do contrato na mesma proporção dos gastos recuperáveis e o saldo final quando da conclusão dos projetos.

(k) Trabalho Voluntário

Voluntário é toda pessoa ou organização que, motivada pelos valores de participação e solidariedade, disponibiliza seu tempo, conhecimento e emoção para causas de interesses social e comunitário.

A Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário recebido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita, conforme definido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na Resolução CFC n $^{\rm o}$ 1.409/12.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(l) Provisões

A Entidade possui apenas um processo em andamento e respectiva provisão para ações judiciais, conforme comentado na Nota 16.

(m) Patrimônio líquido

É representado pela reserva de doações, pela reserva para fundo de sustentabilidade, pelo ajuste de avaliação patrimonial decorrente da aplicação do *deemed cost* sobre os bens do ativo imobilizado e pelos superávits acumulados.

(n) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da ONG Parceiros Voluntários e, também, a sua moeda de apresentação no relatório das demonstrações financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa geral e bancos conta-movimento	5.762	642.647
Bradesco - FAQ Curto Prazo - MIX	779.623	733.260
Bradesco – FICFI Referenciado DI Special	137.650	-
Bradesco - CDB Fácil	-	1.104
Bradesco – FICFI Referenciado DI Special	19.020	-
Banco do Brasil –Poupança	140	-
Bradesco - CDB	20.794	-
Bradesco - CDB Fácil CDI	-	3.318
Bradesco - FIC REFER. DI SPECIAL	97.702	164.347
	1.060.691	1.544.676

- FAQ Fundo de Aplicação em Quotas
- . FIF Fundo de Investimento Financeiro
- . CDB Certificado de Depósito Bancário

4 Outros créditos

Contemplam, substancialmente, valores já pagos pela Entidade, relativos a projetos de assessoramento, os quais serão reembolsados pelos patrocinadores dos projetos.

	2015	2014
Programa Jovens Voluntários		
PJV - Convivência e Protagonismo	-	150.000
Contribuições/Patrocínios a receber	28.436	-
Outros Créditos	4.800	7.616
	33.236	157.616

O programa PJV -Convivência e Protagonismo foi desenvolvido junto à Refap através do projeto Tribos nas Trilhas da Cidadania. A prestação de contas das despesas incorridas no projeto foi apresentada para o patrocinador e, conforme aditivo ao contrato celebrado em 16 de março de 2015, o recebimento dos valores está previsto até julho de 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Estoques

Os estoques da Entidade são constituídos por livros de autoria da organização. Os livros são destinados à venda e estão contabilizados pelo valor de impressão, R\$ 26.880.

6 Fundo de Sustentabilidade

Contempla recursos de superávits acumulados com o objetivo de prover as necessidades de caixa em decorrência de obrigações futuras que possam vir a ser assumidas pela Entidade.

	2015	2014
Banco Itaú S.A CDB - DI Bradesco - CDB - Fidelidade	2.082.045 <u>369.854</u>	1.839.969 369.853
	2.451.899	2.209.822

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

(a) Movimentação

<u>-</u>	Móveis e Utensílios	Instalações	Instalações Telefônicas	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	47.618	1.430	5.473	12.712	71.541	69	138.843
Aquisições	430	-	-	5.654	1.870	-	7.954
Baixas	(11.915)	-	-	-	-	-	(11.915)
Depreciações	(2.521)	(1.430)	(1.146)	(898)	(31.574)	(69)	(37.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	33.612		4.327	17.468	41.837		97.244
Custo total	46.454	2.225	9.839	22.486	159.676	17.881	258.561
Depreciação acumulada	(12.842)	(2.225)	(5.512)	(5.018)	(117.839)	(17.881)	(161.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	33.612	-	4.327	17.468	41.837	-	97.244
Aquisições Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(3.718)		(831)	(2.248)	(29.032)	<u>-</u>	(35.829)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	29.894	-	3.496	15.220	12.805	-	61.415
Custo total	46.454	2.225	9.839	22.486	159.676	17.881	258.561
Depreciação acumulada	(16.560)	(2.225)	(6.343)	(7.266)	(146.871)	(17.881)	(197.146)
Valor residual	29.894		3.496	15.220	12.805		61.415

(b) Revisão e ajuste da vida útil estimada

Conforme previsto pelo CPC PME, a Entidade concluiu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Para fins dessa análise, a Entidade contratou empresa especializada, que emitiu Laudo de Avaliação datado de 20 de janeiro de 2010, aprovado pela diretoria da Entidade em 4 de janeiro 2011. Para a elaboração do laudo, a empresa de avaliação fez um levantamento dos bens e analisou o seu estado de conservação, levando-se em conta o valor residual dos bens.

Para a definição da vida útil das máquinas, equipamentos e outros bens móveis os especialistas utilizaram-se tabelas de depreciação consagradas, análise de dados históricos da Entidade e dados obtidos na vistoria dos bens.

Itens do imobilizado	Vidas úteis em anos (média) a partir de 2010
Móveis e utensílios	12,50
Instalações	11
Instalações telefônicas	11
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5,50

A vida útil dos itens de imobilizado tem sido revisada anualmente, mantendo as vidas úteis definidas na avaliação realizada em 2010.

(c) Adoção do custo atribuído

Para a definição do valor justo dos bens, foram consideradas as premissas estabelecidas pela Interpretação Técnica ICPC 10, entre as quais o estado de conservação dos bens e pesquisas efetuadas a mercados considerando a negociação de bens de mesma natureza. Apurou-se um montante total de R\$ 38.728 de mais valia para todas as classes do ativo imobilizado na data de transição de 1º de janeiro de 2009, contabilizado em contrapartida à conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

8 Intangível

Referem-se a custos com desenvolvimento do *software* que contempla o Sistema Integrado de Gestão da Responsabilidade Social através da utilização Tecnologia da Informação e ao desenvolvimento do novo *website* da Entidade (portal).

A conclusão do projeto ocorreu em março de 2009, sendo iniciada a amortização no mesmo mês, pelo prazo de 5 (cinco) anos. O projeto foi totalmente amortizado durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Saldos em 31 de dezembro de 2015	
Custo total Amortização acumulada	833.066 (833.066)
Valor residual	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Ordenados e encargos sociais a recolher 9

	2015	2014
Toma		0 0
FGTS	12.920	8.580
INSS	9.863	6.149
Provisão de férias e encargos sociais	46.417	36.218
	69.200	50.947
10 Receitas diferidas - projetos em andamento		
	2015	2014
Prêmio Parceiros Voluntários	-	398.430
Projeto Refap Canoas e Esteio	-	30.748
Parceria IBM - Capacitação Entidades Sociais	57.500	-
Projeto SESI	29.332	3.573
Thyssenkurpp Revitalização	6.500	-
Thyssenkurpp Expansão	11.226	18.549
Tribo nas Trilhas da Cidadania	710	37.820
Comitê de Voluntariado - STHILL	11.197	-
Programa Triunfo Concepa	19.029	-
Projeto SHELL	23.368	-
Credit Suisse	16.345	
Projeto Inovação	39.471	
Franquiabilidade	-	16.998
Rede Parceria Social	-	109.950
Teia Social	13.436	186.938
	228.114	803.006

A totalidade dos recursos encontra-se classificado no passivo circulante, dada à expectativa de conclusão dos projetos em andamento em um período inferior a um ano.

Patrimônio líquido 11

O patrimônio líquido é formado por doações, reserva do fundo de sustentabilidade, pelo ajuste de avaliação patrimonial e pelos superávits acumulados.

- Reserva de doações no exercício de 2014 e 2015 a Entidade não recebeu doações de ativos (a) permanentes.
- Reserva Fundo de Sustentabilidade composta por doações recebidas, substancialmente, das empresas mantenedoras, com o objetivo de suprir futuras necessidades financeiras, conforme deliberação dos órgãos estatutários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Receitas das atividades operacionais

As receitas das atividades são oriundas das seguintes fontes e estão apresentadas de forma segregada, no atendimento do artigo 4º, inciso IV do Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010:

	2015	2014
Contribuições de mantenedores e apoiadores		
Contribuições	1.018.754	922.002
Contribuições de gratuidades	76.578	96.815
Outras Receitas	10.600	-
Doações	13.493	166.559
	1.119.425	1.185.376
Atividades de assessoramento		
Programa Jovens Voluntários	112.648	_
Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de	•	
Contas	-	277.976
Credit Suisse	43.655	-
Gestão Social Sustentável	-	24.626
Franquiabilidade	25.623	43.002
Livro Tribos nas Trilhas da Cidadania	-	57.295
Parceria IBM - Capacitação Entidades Sociais	-	70.205
Projeto Rede Parceria Social	109.950	_
Projeto REFAP Canoas	55.747	-
ProjetoInovação	110.529	-
Programa Triunfo Concepa	24.484	-
Parceiros da Juventude	-	10.612
Prêmio Parceiros Voluntários	333.695	66.570
Thyssenkurpp Expansão	7.323	10.953
Caravana Social	-	6.312
Pare Pense- Socialização de Estudos e Pesquisas	-	50.000
Teia Social	342.871	109.578
Projeto Sesi	37.441	18.536
Tribos Nas Trilhas da Cidadania	127.110	144.645
Outros Projetos	35.503	20.459
	1.366.579	910.769
m 1 ll 1 1/2		
Trabalho voluntário Atividades administrativas	703.336	681.600
Atividades com projetos de assessoramento	62.426	60.820
Trividudes com projetos de assessoramento	02,420	
	765.762	742.420
	3.251.766	2.838.565

Para o desenvolvimento de suas ações, os projetos atendidos pela ONG Parceiros Voluntários dependem do recebimento de doações ao longo de suas atividades. As receitas obtidas são destinadas para os projetos até o seu encerramento e entre as despesas do projeto há valores que são alocados para suprir despesas administrativas da organização na realização dos projetos. Caso os projetos,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

após seu encerramento, tenham saldo, esses valores são redirecionados para a manutenção de outros projetos ou o pagamento de despesas administrativas da Entidade, se o doador do recurso assim permitir. No ano de 2015 alguns projetos foram encerrados e seu saldo foi aplicado para pagamento de despesas administrativas. São eles: Tribos nas trilhas da cidadania, Projeto franqueabilidade, Projeto Teia Social Bahia, Projeto Teia Social Porto Alegre, Projeto qualificação de lideranças comunitárias de Canoas e Esteio, Desenvolvimento de Princípios de Transparência e Prestação de Contas e Oficina de Elaboração Genzyme.

Alguns projetos realizados em 2014 tiveram suas prestações de contas concluídas em 2015 e por isso, foram encerrados no exercício seguinte. São eles: Rede Parceria Social Gestão Social Sustentável 6ª edição e Prêmio Parceiros Voluntários 2015.

Existem ainda, recursos captados em 2015 que serão empregados em projetos que continuarão sua execução ao longo do exercício de 2016, são eles: ThyssenKrupp — Revitalização e Expansão. Projeto Florescer SESI, Comitê de Voluntariado — Stihl, Parceria IBM, Programa Triunfo-Concepa, Projeto Shell e Projeto Inovação.

13 Gastos com projetos de assessoramento

Os gastos com projetos estão apresentadas de forma segregada, no atendimento do artigo 4º, inciso IV do Decreto nº 7.237de 20 de julho de 2010:

1v do Decreto 1º /.23/de 20 de junio de 2010:		
	2015	2014
Projetos fomentados com recursos próprios		
Programa de Assessoramento para VPF	7.165	9.925
Programa de Assessoramento para VPJ	1.940	132
Programa de Assessoramento para VIS Programa de Assessoramento para OSC	1.940	132
Programa de Assessoramento para Rede	19.665	23.618
i rograma de Assessoramento para Rede	19.005	23.010
	28.984	33.801
Projetos fomentados com patrocínios de terceiros		
Programa Jovens Voluntários	150.000	144.645
Demais programas		
Desenvolvimento de Princípios de Transparência e		
Prestação de Contas	-	244.221
Gestão Social Sustentável	-	21.896
Projeto Inovação	110.529	-
Comitê Voluntariado	8.171	-
Livro Tribos nas Trilhas da Cidadania	-	34.041
Parceria IBM - Capacitação Entidades Sociais	-	5.000
Projeto Rede Parceria Social	114.789	-
Tribos nas Trilhas da Cidadania	113.947	-
Projeto REFAP	48.983	-
Programa Triunfo Concepa	25.484	-
Credit Suisse	43.655	-
Projeto Florescer – Sesi	38.062	-
Prêmio Parceiros Voluntários	336.667	6.932
Parceiros da Juventude	-	10.612
THYSSENKURPP Expansão	7.323	10.952
Projetos em prospecção	-	18.536
Teia Social	256.253	109.579
Franquiabilidade	20.797	43.003
Pare Pense- Socialização de Estudos e Pesquisas	-	177
Outros projetos	30.131	18.218
	1.304.791	667.812
	1.333.775	701.613

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Despesas gerais e administrativas

	2015	2014
Com pessoal		
Administrativo	495.532	506.711
Assessoramento	551.091	408.457
Aluguéis(gratuidades)	71.661	96.815
Utilidades e serviços	37.687	17.734
Impostos, taxas e contribuições	320	2.835
Gestão administrativa	201.152	164.426
Gerais	148.112	194.991
	1.505.555	1.391.969
15 Receitas financeiras líquidas		
	2015	2014
Despesas bancárias	(5.268)	(5.719)
Outras despesas financeiras	(3.208) (1.253)	(558)
ourus despesas imanomus	(11=33)	(330)
Despesas financeiras	(6.521)	(6.277)
•		
Rendimento de aplicações financeiras	411.473	322.028
• •		
Receitas financeiras	411.473	322.028
Resultado financeiro líquido	404.952	315.751

16 Provisão para contingências

A Entidade possui contabilizada neste grupo o valor de "Depósitos judiciais" no montante de R\$ 74.138 (R\$ 65.370em 2014) e "Obrigações sociais" no montante de R\$ 75.847 (R\$ 66.739 em 2014), cujo valor líquido de R\$ 1.709 (R\$ 1.369 em 2014) está apresentado na rubrica "Provisão para contingências", referentes ao processo nº 2008.71.00.031299-2 envolvendo pedido de reconhecimento da imunidade da Entidade no que diz respeito à cobrança da contribuição ao PIS incidente sobre a folha de pagamento. O TRF da 4ª região reconheceu a imunidade da Entidade, porém reduziu o prazo da restituição a cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Foram interpostos recursos extraordinários e especiais pela União e pela entidade, atualmente, o processo encontra-se no STJ para análise da questão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Seguros

A Entidade busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2015, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio/raio/explosão	200.000
Danos elétricos - riscos comerciais	10.000
Despesas fixas decorrente de incêndio/raio/explosão	50.000
Perda ou despesa de aluguel – prédio	12.000
Roubo/furto qualificado de bens	30.000

18 Remuneração dos administradores

A Entidade entende por administradores os membros do Conselho, o Vice Presidente e o Presidente. O tempo dispendido em prol da Entidade é entendido como trabalho voluntário, não remunerado, e contabilizado como prevê as políticas contábeis (nota 2.2 (k)) e é detalhado na nota 12.

19 Partes relacionadas

As partes relacionadas foram identificadas como sendo as empresas associadas à Entidade.

As operações da ONG com partes relacionadas referem-se substancialmente a:

	2015	2014
Doações recebidas Mantenedores (i) Projetos de Assessoramento (ii)	1.036.332 1.366.579	958.815 1.212.844
	2.402.911	2.171.659

- (i) Doações efetuadas pelos mantenedores/apoiadores: Agrogem, Associação Hospitalar Moinhos de Vento, Banrisul, Bradesco, Braskem S.A., CMPC Celulose Riograndense, Dupont Spiler; Fecomércio, Federasul, Fiergs, Gerdau Aços Longos, Lojas Grendene, Ipiranga, Puras FO, SLC, Stihl Ferramentas Motorizadas, Vonpar, OAS, Smiles, Banco Pactual, Hyundai, Triunfo Concepa e Processor.
- (ii) Os projetos foram patrocinados pelas empresas Gerdau Aços Longos, Braskem S.A., Thyssenkrupp, Petrobras, Cyrella, Suzano, IBM, Sesi, Stihl Ferramentas Motorizadas, triunfo Concepa, Credit Suisse, Badesul, Kepler Weber, BM&F Bovespa, SLC, Pincéis Atlas, Itaú e Grupo Gerdau Investimentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Isenções usufruídas

Em atendimento ao parágrafo único do artigo 4º, do Decreto nº 2.536/98, os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS - quota patronal), totalizaram R\$ 239.350 (em 2014, R\$ 220.233).

Em 2 de fevereiro de 2012, através da Portaria $n^{\underline{0}}$ 4, foi publicada a renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social.

* * *

Maria Elena Pereira Johannpeter Presidente (voluntária) CPF nº: 003.292.070-91 Eduardo Chaves Borsa CRCRS 56.594 Chaves-Borsa S/S Ltda. CRC-RS nº: 2.564